



011

ESTADO DA PARAIBA  
Câmara Municipal de Campina Grande  
(Casa de Félix Araújo)

PROJETO de LEI Nº 012/2005

Em 03 de 02 de 19 2005

Autor FERNANDO CARVALHO

Tip. Lins Ltda. - Telefax: 331-4060

**EMENTA:** INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DISTRIBUIÇÃO

A Comissão REDAÇÃO E JUSTIÇA

para dar parecer.

S. S. Câmara Municipal 13 de 02 de 2005

[Assinatura] Presidente

[Assinatura] Secretário

Aprovado em sessão de 07 de 06

de 2005 em 1ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

[Assinatura] Presidente

[Assinatura] Secretário

Aprovado em sessão de 14 de 06

de 2005 2ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

[Assinatura] Presidente

[Assinatura] Secretário

REDAÇÃO FINAL

Aprovado em sessão de     de    

de 19



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
*Casa de Félix Araújo*  
**SECRETARIA DE APOIO PARLAMENTAR**

**AUTÓGRAFO N° 011/05**

**PROJETO DE LEI N° 012/05**

**EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA  
DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO  
SONORA NOS EQUIPAMENTOS  
PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO E  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Prevenção da Poluição Sonora nos Equipamentos Públicos de Educação e Assistência Social, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção e diminuição da produção de poluição sonora em equipamentos públicos municipais.

**Art. 2º** As ações pertinentes ao Programa de Prevenção da Poluição Sonora devem ser desenvolvidas por equipe interdisciplinar.

**Art. 3º** São atribuições do Programa de Prevenção de Ruídos:

I - Identificar os níveis de poluição sonora existentes, nos diversos espaços e equipamentos sociais, em diferentes situações e momentos;

II - Realizar trabalho educativo sobre os efeitos da poluição sonora na saúde de professores, servidores, crianças e adolescentes;

III- Garantir ações de identificação de perdas auditivas em crianças e adolescentes;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
*Casa de Félix Araújo*  
**SECRETARIA DE APOIO PARLAMENTAR**

IV - Garantir ações de identificação de problemas de saúde vocal em servidores;

V - Apontar e aplicar medidas para diminuir a poluição sonora nas escolas e equipamentos sociais.

**Art. 4º** Fica assegurada a assistência integral às crianças, aos adolescentes e aos servidores portadores de problemas de saúde auditiva, vocal ou mental, decorrentes do excesso da poluição sonora.

**Art. 5º** Os projetos de localização de futuras escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar o nível da poluição sonora existente no local, evitando-se a construção em locais de poluição sonora intenso, como rodovias, aeroportos, ruas movimentadas ou terminais de ônibus.

**Art. 6º** Os projetos de construção de escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar princípios arquitetônicos e recursos de isolamento acústico que reduzem o nível de poluição sonora em seu interior.

**Parágrafo Único** - Na construção ou reforma das escolas e equipamentos sociais, deverão ser utilizados, preferencialmente, materiais com alto poder de isolamento.

**Art. 7º** A reforma de unidades escolares e equipamentos sociais deverão ser realizados, preferencialmente, nos meses de férias ou recessos escolares.

**Art. 8º** Fica garantida a participação de técnicos dos Conselhos Regionais de Categorias Profissionais, das Associações, de Institutos de Pesquisa e Instituições Universitárias de Ensino das áreas relacionadas na definição das normas de execução deste Programa.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
*Casa de Félix Araújo*  
**SECRETARIA DE APOIO PARLAMENTAR**

**Art. 9º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo", em 14 de junho de 2005.

<b>O PRESENTE AUTÓGRAFO</b> é cópia fiel do que foi aprovado	
no Plenário em Sessão do dia <u>14</u> / <u>06</u> / <u>2005</u>	
Secretaria de Apoio Parlamentar da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo"	
Em <u>14</u> / <u>06</u> / <u>2005</u>	<u>[Assinatura]</u> Secretário - S.A.P
<u>[Assinatura]</u> Presidente	<u>[Assinatura]</u> 1º Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 012/2005  
AUTORIA: VEREADOR FERNANDO CARVALHO

PARECER  
RELATÓRIO.

A proposta de lei protocolada sob o nº 012/2005, de autoria do Vereador Fernando Carvalho, cuida de estabelecer o programa de prevenção da poluição sonora nos equipamentos públicos de educação e assistência social municipais e outras providências de cujo tema esta Comissão tem a incumbência de apreciar sua compatibilidade jurídico-constitucional.

É o relatório.

Voto do Relator:

A finalidade social a que se destina a matéria tem o condão de aparelhar o Poder Executivo de instrumentos legais de controle da poluição sonora nas áreas onde situam-se os próprios municipais destinados à educação e à assistência social.

O interesse público preconizada na propositura se confunde com uma necessidade indispensável ao desempenho que reclamam os operadores

da área de educação e assistência social, a par de um desiderato da comunidade.

A proposta legislativa, tem seus limites na ordem jurídica, porquanto o objeto cotejado pode ser comum aos poderes locais, sem que ocorra invasão de competência, bem como inovação do sistema normativa que possa eivar-se de inconstitucionalidade.

O projeto de lei no mérito político, traz à população, um tema recorrente que é a poluição sonora, tão em voga nos dias presentes; tangente ao ângulo jurídico a proposta estar a estreme, repita-se, de vícios de forma e conteúdo.

Somos pela sua tramitação e aprovação.  
Parecer do Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão não opõe nenhuma objeção ao curso da proposta, dada a virtude de que os requisitos de sua admissibilidade, entende-se condizente com a ordem jurídico-constitucional.

É o parecer da Comissão.

S.S. das Comissões Permanentes” Dep.  
Petrônio Figueiredo” em 03 de abril de 2005.

  
Presidente


  
Relator

  
Membro



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)  
GABINETE DO VEREADOR FERNANDO CARVALHO**

PROJETO DE LEI Nº 012, EM \_\_\_\_\_, 2005.

RECEBIDO NA SECRETARIA
EM, <u>03</u> / <u>02</u> / <u>2005</u>
AS <u>10</u> : <u>20</u> HORAS.
 SECRETÁRIO

**INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Prevenção da Poluição Sonora nos Equipamentos Públicos de Educação e Assistência Social, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção e diminuição da produção de poluição sonora em equipamentos públicos municipais.

**Art. 2º** As ações pertinentes ao Programa de Prevenção da Poluição Sonora devem ser desenvolvidas por equipe interdisciplinar.

**Art. 3º** São atribuições do Programa de Prevenção de Ruídos:

I - Identificar os níveis de poluição sonora existentes, nos diversos espaços e equipamentos sociais, em diferentes situações e momentos;

II - Realizar trabalho educativo sobre os efeitos da poluição sonora na saúde de professores, servidores, crianças e adolescentes;

III- Garantir ações de identificação de perdas auditivas em crianças e adolescentes;

IV- Garantir ações de identificação de problemas de saúde vocal em servidores;

V - Apontar e aplicar medidas para diminuir a poluição sonora nas escolas e equipamentos sociais.

**Art. 4º** Fica assegurada a assistência integral às crianças, aos adolescentes e aos servidores portadores de problemas de saúde auditiva, vocal ou mental, decorrentes do excesso da poluição sonora.

**Art. 5º** Os projetos de localização de futuras escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar o nível da poluição sonora existente no local, evitando-se a construção em locais de poluição sonora intenso, como rodovias, aeroportos, ruas movimentadas ou terminais de ônibus.

**Art. 6º** Os projetos de construção de escolas e equipamentos sociais municipais deverão observar princípios arquitetônicos e recursos de isolamento acústico que reduzem o nível de poluição sonora em seu interior.

*BB.*



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)  
GABINETE DO VEREADOR FERNANDO CARVALHO**

**Parágrafo Único** - Na construção ou reforma das escolas e equipamentos sociais, deverão ser utilizados, preferencialmente, materiais com alto poder de isolamento.

**Art. 7º** A reforma de unidades escolares e equipamentos sociais deverão ser realizados, preferencialmente, nos meses de férias ou recessos escolares.

**Art. 8º** Fica garantida a participação de técnicos dos Conselhos Regionais de Categorias Profissionais, das Associações, de Institutos de Pesquisa e Instituições Universitárias de Ensino das áreas relacionadas na definição das normas de execução deste Programa.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 11** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo", em 10 de janeiro de 2005.

  
**FERNANDO CARVALHO**  
Vereador Líder do PFL





**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)  
GABINETE DO VEREADOR FERNANDO CARVALHO**

**JUSTIFICATIVA:**

Senhores Vereadores,  
Senhora Vereadora,

A audição é o sentido humano responsável pela percepção, identificação, análise e interpretação dos sinais acústicos presentes em nosso meio. A aquisição e o desenvolvimento da linguagem oral depende de habilidades de percepção auditiva e conseqüentemente da percepção da fala.

A poluição sonora é um conceito que deve ser definido do ponto de vista objetivo (físico) e também do ponto de vista subjetivo (psicológico), pois alia uma sensibilidade pessoal a uma emissão objetiva de som.

Estudos realizados pelo Ministério da Educação, em Escolas Municipais do Estado de São Paulo, apontaram que cerca de 20% dos alunos e professores tinham problemas auditivos ocasionados pela poluição sonora produzida pelos ruídos externos ou pelo barulho dos alunos no recreio, que superavam e muito os níveis de decibéis suportáveis pelo organismo humano.

Isto posto, apresento o Projeto de Lei que objetiva a instituição de um Programa de Prevenção da Poluição Sonora nos Equipamentos Públicos de Educação e Assistência Social, com a iniciativa importante que visa disciplinar a construção de novas escolas e creches em locais que produzam menos poluição sonora e a realização de reformas preferencialmente nos meses de férias e recessos escolares.

A Câmara Municipal de Campina Grande, ao aprovar a criação do Programa, impulsionará e articulará esses trabalhos no objetivo da construção de uma Cidade Saudável e Solidária.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo", em 10 de janeiro de 2005.

  
**FERNANDO CARVALHO**  
Vereador Líder do PFL  
Autor da Propositura